

## **O PROGRAMA CORREÇÃO DE FLUXO FRENTE À SUPERÇÃO DO FRACASSO ESCOLAR**

Patricia Cristina Gris  
Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Brasil  
E-mail: patriciagris2002@yahoo.com.br

Celso Francisco Tondin  
Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Brasil  
E-mail: tondin@unochapeco.edu.br

Trabalho de natureza teórica

**Resumo:** O presente artigo destaca resultados parciais de uma pesquisa em andamento que trata sobre o Programa Correção de Fluxo, da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED), que tinha como objetivo corrigir a distorção idade-série e possibilitar a conclusão do Ensino Fundamental em apenas um ano. O Programa foi implantado em Santa Catarina no ano de 2012 e teve duração de um ano. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que se utiliza do método do estudo de caso e está sendo realizada por meio de uma pesquisa de campo, na qual estão sendo entrevistados profissionais e alunos de uma escola pública estadual que participaram do referido programa. Através dos dados coletados é possível compreender o modo como essa ação, que visa à superação da distorção idade-série, “contribuiu” para o processo de escolarização de egressos. Este trabalho também aborda o tema fracasso escolar, propondo uma reflexão de como o Estado pode, por intermédio da criação desse programa, “contribuir” para a superação dessa problemática tão presente nas escolas públicas do estado.

**Palavras-chave:** Correção de fluxo. Distorção idade-série. Fracasso escolar. Políticas educacionais.

### **Introdução**

No decorrer dos duzentos dias e oitocentas horas que os educandos cumprem ao longo de um ano letivo, muitos deles não conseguem garantir a aprovação em todas as disciplinas que fazem parte do currículo escolar e, assim, não garantem o avanço na série/ano, ocasionando a distorção idade-série. Assim, pretendemos nesse artigo problematizar a distorção idade-série, situação essa que traz consequências diversas para o percurso escolar dos educandos e também para o sistema de ensino, cujos baixos índices de aproveitamento são, em boa parte, resultado do grande número de estudantes que vivem essa realidade.

Na década de 1990, de acordo com Arroyo (2010), a preocupação das políticas públicas educacionais estava concentrada nas desigualdades de acesso e permanência dos alunos nas escolas. Porém, nos dias de hoje, essa



preocupação mudou, e as desigualdades de aprendizagem e da qualidade da educação estão no centro da discussão. Isso aconteceu a partir do momento em que dados sobre a aprendizagem dos alunos da educação básica começaram a ser divulgados.

Refletindo sobre a importância de enfrentar os problemas acima mencionados e vivenciados pelas escolas em relação à aprendizagem dos educandos, pondera-se que é no espaço da sala de aula que os programas idealizados pelos gestores da educação são colocados em prática. Nesse sentido, é importante ouvir as vozes daqueles que vivenciam a implementação das políticas públicas no interior das escolas.

No caso da presente pesquisa, que está em andamento, propomo-nos a fazer isso a partir do Programa Correção de Fluxo, que foi proposto pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED) e aconteceu no ano de 2012. Sua finalidade era justamente a superação da distorção idade-série. Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, que se utiliza do método do estudo de caso, por meio de uma pesquisa de campo, na qual foram entrevistados(as) as profissionais e os alunos de uma escola pública estadual que implementou o referido programa no município de Formosa do Sul, que situa-se na região Oeste do estado.

Neste artigo, pretendemos reunir algumas reflexões decorrentes desta pesquisa, com o objetivo de conhecer os efeitos do referido programa na trajetória escolar dos seus egressos. Por se tratar de uma etapa inicial de organização e análise das informações das entrevistas, este trabalho está assim estruturado: inicialmente fazemos algumas considerações em torno da problemática do fracasso escolar; em seguida, apresentamos o Programa Correção de Fluxo e alguns dados já coletados através de entrevistas realizadas com alunos que participaram deste em uma escola de Formosa do Sul (SC).

### **Fracasso escolar**

No decorrer das últimas décadas, as causas do fracasso escolar tornaram-se objeto de estudo. Estudiosos buscam através de suas pesquisas



contribuir para que esse problema seja superado. Sabe-se que não são poucos os fatores que contribuem para a sua existência, por isso devemos compreender o papel da escola na produção do fracasso escolar. Como Luckesi (1990, p. 164) concordamos com caráter contraditório da escola.

A escola é uma instância de luta pela transformação da sociedade. Com isso, estamos entendendo que a escola é um lugar onde, também, se dão as contradições sociais que ocorrem na sociedade em que ela está situada e, por isso, ela participa dos processos sociais – contraditórios – de reprodução e transformação. A escola sofre múltiplas determinações sociais: tanto contém o que há de conservador na sociedade, quanto os germens da transformação social. Está metida no jogo das contradições sociais e, por isso, podemos e devemos usá-la como espaço de ação na luta por uma nova sociedade, onde as desigualdades tenham desaparecido e a libertação emergido.

Por isso, a escola tem a responsabilidade de tomar iniciativas, no âmbito de um amplo espectro de políticas públicas e sociais, que visem contribuir para a superação do fracasso escolar, que definimos como o mau desempenho dos estudantes da escola, ocasionado pela interrupção escolar e sucessivas reprovações, e que resulta em desigualdades educacionais.

Assim, é preciso refletir sobre como a reprovação e a interrupção escolar são analisadas por estudiosos do assunto, como Paro (2003, p. 41-42), que chama a atenção para o fato de que

[...] os que são reprovados devem repetir o mesmo processo no ano seguinte, em geral com o mesmo professor (ou professores) e com a utilização dos mesmos recursos e métodos do ano anterior. Para os reprovados, o absurdo da situação não é apenas que se espera todo um ano para se verificar que o processo não deu certo (o que já não é de pouca gravidade), o absurdo consiste também em que nada se faz para identificar e corrigir o que não andou errado. Não se trata propriamente de uma avaliação, mas de uma condenação do aluno, como se só ele fosse culpado pelo fracasso. Como se o processo não fizesse parte do aluno, o professor (ou professores) e todas as condições em que se dá o ensino na escola.

A partir da colocação do autor, pode-se afirmar que o processo de



avaliação centra-se no aluno e que o sistema em que este está inserido é isento da reflexão que uma avaliação deveria promover. A reprovação, na maioria das vezes, fundamenta-se na constatação, por meio de instrumentos de avaliação aplicados durante o ano letivo, de que o aluno não consegue reproduzir o que o professor transmitiu, passando aquele a ser identificado como fracassado e incapaz, o que contribui para que alunos com histórico de sucessivas reprovações interrompam ou abandonem os estudos.

O fracasso escolar não pode ser visto como um problema isolado, mas encontra-se inserido numa história de múltiplos problemas sociais em que a seletividade e as exclusões se fazem presentes, assim sendo, não serão medidas isoladas e compensatórias que o resolverão. Nesse sentido, Charlot (2000, p. 16) pondera sobre a gravidade do problema, dizendo que:

O fracasso escolar não é um monstro escondido no fundo das escolas e que se joga sobre as crianças mais frágeis, um monstro que a pesquisa deveria desemboscar, domesticar, abater. O “fracasso escolar” não existe; o que existe são alunos fracassados, situações de fracasso, histórias escolares que terminam mal. Esses alunos, essas situações, essas histórias é que devem ser analisados, e não algum objeto misterioso, ou algum vírus resistente, chamado, “fracasso escolar”.

Este autor vai adiante em suas críticas sobre a forma como o fracasso escolar é compreendido, qual seja, como se ele fosse uma “praga” que precisa ser eliminada e não uma expressão de um tipo de relação que a escola mantém no processo de aprendizagem de seus alunos e, desse modo, é esta relação que precisa ser pensada. Ou seja, é o processo de escolarização que precisa ser reeditado.

Segundo Charlot (2000), crianças que pertencem à mesma classe social ou são filhas dos mesmos pais podem apresentar resultados diferentes na aprendizagem, já que estas crianças participam de um ambiente social, ou seja, frequentam um círculo de amizades e relacionamentos, que muitas vezes não é o mesmo grupo os quais seus pais participam. Assim, é importante compreender que a história que a criança constrói ao longo de sua vida é



singular e para compreender seu sucesso ou fracasso na escola é importante levar em conta essa singularidade.

Marchesi e Gil (2004, p. 17) resgatam a perspectiva da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), para a qual são três as manifestações do fracasso escolar:

A primeira se refere aos alunos com baixo rendimento escolar, quer dizer, aqueles que ao longo de sua escolarização não alcançam um nível mínimo de conhecimentos. A segunda abrange os alunos que abandonam ou terminam a educação obrigatória sem o título correspondente. A terceira aponta para as conseqüências sociais e profissionais na idade adulta dos alunos que não alcançaram a preparação adequada.

Como podemos ver, as três manifestações identificadas pela OCDE se desenvolvem no período de permanência dos alunos na escola e se estendem por toda a vida deles, o que torna esse fenômeno fator importante na reprodução das desigualdades sociais. Pela importância dos impactos do fracasso escolar na vida dos cidadãos das camadas populares, a presente pesquisa busca problematizar o fato de que muitas são as avaliações e estudos realizados para mapear a situação do fracasso escolar, no entanto, eles se restringem, em geral, à identificação da situação – como numa espécie de denúncia da injustiça, o que é importante, porém insuficiente –, a fim de caminhar na direção da construção de alternativas de educação que tenham na interculturalidade um princípio organizador.

Assim, parece-nos necessário refletir sobre o cotidiano das escolas públicas, atravessado que é pelas políticas educacionais, e pensar na realização de um trabalho coletivo que priorize a participação de toda a comunidade escolar como fator fundamental para a superação dos problemas enfrentados pelo sistema educacional brasileiro, como é o caso do fracasso escolar.

Para Freitas (2002), a ausência de políticas públicas de valorização e de formação continuada no quadro do magistério e as péssimas condições de funcionamento da grande maioria das escolas públicas acabam por colocar toda a culpa ligada ao fracasso escolar dos alunos nos professores,

esquecendo-se de que a educação é um problema de todos, do governo, da família, da escola, enfim, da sociedade.

As avaliações realizadas não têm dado o suporte necessário para identificar as causas desse processo. Por isso, é preciso buscar novas propostas de intervenção que possam contribuir para superar esse problema presente no espaço escolar, deixando de lado a busca pelos culpados e priorizando o trabalho coletivo, em conjunto com todos os envolvidos no processo educacional – alunos, pais, professores, gestores e todas as esferas de governo.

Podemos evidenciar que, no estado de Santa Catarina, a busca pela superação do fracasso escolar ganha impulso a partir de quando começaram a ser pensadas estratégias que visam contribuir para a recuperação dos saberes até então considerados insuficientes para que o aluno alcançasse o “sucesso” na escola. Assim, na próxima parte desse artigo, será apresentado o Programa Correção de Fluxo da SED e alguns dados das entrevistas realizadas com alguns dos estudantes que participaram deste programa em uma escola de Formosa do Sul.

### **O Programa Correção de Fluxo como ação de superação da distorção idade-série no cotidiano de uma escola pública estadual**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) afirma que a progressão continuada é uma das maneiras de garantir a permanência do aluno em situação de distorção idade-série nos bancos escolares e, conforme o artigo 23 da Lei n. 9.394/96, pode ser adotada sempre que a rede de ensino julgar necessário.

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. (BRASIL, 1996).

Com esse entendimento, a União, os estados e os municípios brasileiros



estão usando, cada vez mais, o resultado das avaliações realizadas pelos alunos para orientar programas e ações que visam diminuir os altos índices de distorção idade/série. Diante desse propósito, evidencia-se que no estado de Santa Catarina a busca pela superação da distorção idade/série aconteceu a partir da definição e implantação de estratégias capazes de contribuir para a recuperação dos saberes até então considerados insuficientes para que o aluno alcançasse a aprovação escolar.

Dessa forma, esse trabalho passa a discutir a criação e implementação do Programa Correção de Fluxo, recentemente executado em Santa Catarina e que veio ao encontro dessa problemática. As informações a seguir foram retiradas de um documento encaminhado pela SED às Gerências Regionais de Educação e para as escolas públicas estaduais, no qual constam as orientações sobre a criação do programa e a formação das turmas (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2011-2012).

Os primeiros passos para que esse projeto chegasse às escolas estaduais catarinenses começaram em 2011, quando as Gerências Regionais de Educação (GEREDs) realizaram um levantamento quantitativo com o intuito de verificar o número de estudantes com mais de 13 anos que ainda frequentavam as 5<sup>o</sup> séries ou os 6<sup>o</sup> anos na rede estadual de educação.

De posse dos dados, a Diretoria de Educação Básica e Profissional (DIEB) constatou um número elevado de estudantes com distorção idade/série devido a fatores como: ingresso tardio na escola, dificuldade com transporte escolar, alunos com deficiência que frequentavam apenas a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAIE) e depois foram inseridos na rede regular de ensino e, principalmente, sucessivas reprovações.

Diante desse cenário, a Secretaria de Estado da Educação (SED), por meio da DIEB e da Gerência de Ensino Fundamental (GEREF), considerou a necessidade de oferecer atendimento alternativo para esses estudantes, que tivesse como foco a conclusão do Ensino Fundamental em apenas um ano.

Assim, de acordo o mesmo documento, foi criado o “Programa de correção do fluxo idade/série: recuperação dos saberes”, cujo objetivo era corrigir o fluxo idade-série de 100% dos estudantes do Ensino Fundamental e



recuperar os saberes que possibilitassem a terminalidade desse contingente no Ensino Fundamental e ingresso no Ensino Médio com condições de permanência e aproveitamento.

Ao longo de 2012, os alunos tiveram a oportunidade de estudar os conteúdos de 6º, 7º e 8º anos, das disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, Arte e Educação Física. Se aprovados, ingressariam no Ensino Médio no ano seguinte, ou seja, em 2013. Para atuarem em turmas de correção de fluxo, os professores deveriam, preferencialmente, ser habilitados e efetivos na disciplina.

De acordo com o referido documento encaminhado pela SED, a escolha dessas disciplinas se deu em função de a leitura e a escrita serem fundamentais para a formação dos estudantes. O conhecimento da Língua Portuguesa possibilita a compreensão, a interpretação e a apropriação dos saberes em todas as áreas do conhecimento. A Matemática contribui para desenvolver o raciocínio lógico, que possibilita a compreensão, o entendimento do mundo nos aspectos práticos da vida cotidiana. Já as disciplinas de Artes e Educação Física contribuem para o desenvolvimento dos elementos motores e artísticos, que facilitam a compreensão e apropriação do conhecimento.

Embora fossem essas as disciplinas curriculares previstas, os conteúdos deveriam ser desenvolvidos a partir da perspectiva interdisciplinar, com planejamento das aulas baseado em projetos ou atividades de aprendizagem que envolvessem todos os conteúdos curriculares do Ensino Fundamental. Por isso, os professores das demais disciplinas que fazem parte do currículo, como História, Geografia, Ciências, Inglês e Ensino Religioso, também deveriam atuar no projeto, especialmente no planejamento.

Abaixo segue descrita a Matriz Curricular 2231, criada especialmente para a turma de Correção de Fluxo: dez horas para Matemática/duas horas-aula de planejamento coletivo; dez horas para Língua Portuguesa/duas horas-aula de planejamento coletivo; três horas para Artes/duas horas-aula de planejamento coletivo; e duas horas para Educação Física/duas horas-aula de planejamento coletivo.

As turmas foram formadas pelos alunos já matriculados na unidade





escolar e que apresentavam problemas de distorção idade-série no Ensino Fundamental. Cada turma tinha no mínimo 12 e no máximo 25 alunos, com idade igual ou superior a 13 anos para quem estivesse no 5º ou 6º anos do Ensino Fundamental de nove anos, e 14 anos de idade ou mais para quem estivesse no 6º série do Ensino Fundamental de oito anos.

O trabalho pedagógico na correção de fluxo focava as habilidades de leitura, produção escrita, oral e cálculo. O planejamento deveria ser articulado com e entre os quatro professores, discutindo coletivamente a postura e a ação docente mais qualificada para que o estudante aprendesse a ler, a falar em diferentes contextos sociais de uso da oralidade, a escrever para os diferentes contextos de uso da escrita e a calcular, isto é, possibilitar a compressão do ambiente natural e social, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes, da cultura e dos valores que fundamentam a sociedade: consolidação da alfabetização com letramento.

Ainda, as atividades deveriam contribuir para o diagnóstico e o levantamento de dados para, a partir deles, reorganizar o processo pedagógico com vistas ao êxito do estudante. Deveriam ser realizadas por todos os envolvidos, incluindo alunos e pais. A função da GERED e da escola era organizar formas de relatar (registrar) o processo de aprendizagem de cada estudante.

A etapa de campo do estudo desse programa está sendo realizada na Escola de Educação Básica Rui Barbosa de Formosa do Sul, mantida pelo poder público estadual, que atende alunos matriculados no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Conforme informações obtidas através do Projeto Político Pedagógico da escola, o corpo administrativo é composto por um gestor escolar, um assistente de educação, um assistente técnico-pedagógico e o corpo docente conta com 14 professores efetivos e 12 professores admitidos em caráter temporário (ACT). A escola tem duas serventes para serviços gerais e possui aproximadamente trezentos alunos regularmente matriculados no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. A escola atende alunos independentemente de raça, religião, cultura e economia, observando os objetivos regulamentados

pelo Projeto Político Pedagógico e a legislação estadual e nacional.

A turma de correção de fluxo na escola pesquisada era formada por 16 estudantes e tinha quatro docentes, sendo um professor efetivo e três contratados em caráter temporário. Desses docentes, apenas a professora de Língua Portuguesa não havia concluído a graduação. Atualmente, nem todos os professores e alunos que participaram do programa estão trabalhando e estudando na escola onde a pesquisa está sendo desenvolvida.

Hoje, dois anos após a aplicação desse programa nas escolas, é possível – e importante – fazer uma análise das suas contribuições para o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes que dele participaram; é importante ouvir as vozes daqueles que vivenciaram a implementação de uma ação governamental no interior das escolas públicas estaduais.

Na atual fase da pesquisa, foram entrevistados todos os profissionais envolvidos no programa em que a pesquisa irá se desenvolver e cinquenta por cento dos alunos, entretanto, para este artigo os dados utilizados serão os coletados com os alunos egressos do programa.

Assim, segue alguns questionamentos feitos até o presente momento com cinquenta por cento dos alunos que frequentaram a turma, buscando compreender principalmente como o programa pôde “contribuir” no processo de escolarização desses egressos, bem como, avaliar a sua viabilidade para o sistema de ensino. Quando questionados sobre qual o motivo pelas sucessivas reprovações, os alunos responderam que:

Estudante A: “Por causa que eu não conseguia tipo acompanhar os conteúdos e tal.”

Estudante B: “Falta de interesse.”

Estudante C: “Não tinha interesse.”

Estudante D: “Eu nunca fui um bom aluno, dedicado assim, muito estudioso.”

Estudante E: “Faltou vontade.”

Estudante F: “Falta de interesse.”

Estudante G: “Falta de interesse.”

Estudante H: “Não tinha vontade de estudar.”

Constatou-se nas falas dos alunos que a falta de interesse predomina quando se discute as sucessivas reprovações. Um dado interessante é que apenas um dos alunos entrevistados coloca que a dificuldade de acompanhar os conteúdos tenha sido fator determinante para suas reprovações. Visto isso, é importante destacar que a falta de interesse pelo conteúdo ministrado dificulta a aprendizagem e a apropriação do conteúdo trabalhado. Por isso, é fundamental que os docentes e que a família busquem estratégias que contribuam para que esses alunos sintam-se motivados durante todo o período em que ocorre o processo de ensino-aprendizagem. Entretanto, sabemos que essa não é uma tarefa fácil, que muitos alunos sentem-se receosos em persistir em tarefas desafiadoras, além de considerarem a escola e o conhecimento por ela repassado algo desinteressante e desestimulante.

Outro questionamento feito aos alunos indagava-os sobre como eles avaliavam o Programa Correção de Fluxo para o seu percurso escolar, segue as respostas:

Estudante A: “Eu acho que foi muito bom, me ajudou bastante.”

Estudante B: “Bom.”

Estudante C: “Achei bom, porque colocaram pra frente a série, mais adiante.”

Estudante D: “100% positivo.”

Estudante E: “Foi uma oportunidade boa, né?”

Estudante F: “Pra mim foi um negócio bom... senão teria parado de estudar na sexta série.”

Estudante G: “É que nós estávamos atrasados e botaram nós pra terminar os estudos.”

Estudante H: “Foi bom, me ajudou bastante.”

Analisando as respostas apresentadas pelos alunos, pode-se observar que cem por cento dos alunos entrevistados classificaram o Programa Correção de Fluxo como algo bom, já que tiveram a oportunidade de concluir, em apenas um ano, os anos de atraso escolar em que se apresentavam. Como vimos nas respostas anteriores, a falta de interesse pelos estudos fez que esses alunos ficassem retidos por alguns anos em séries/anos muitas vezes



distintos e o programa em estudo oportunizou a esses estudantes a conclusão do Ensino Fundamental.

Os alunos também foram questionados se eles teriam concluído o Ensino Fundamental ou se teriam parado de estudar, caso não tivesse sido criado o Programa Correção de Fluxo. Segundo eles, a grande maioria teria parado de frequentar a escola antes mesmo de concluir o Ensino Fundamental, conforme as respostas listadas a baixo, que confirmam essa afirmação:

Estudante A: “Eu continuaria da mesma forma.”

Estudante B: “Teria parado antes.”

Estudante C: “Acho que teria parado de estudar antes.”

Estudante D: “Com certeza teria parado de estudar antes de concluir a oitava série.”

Estudante E: “Eu digo que não regula nada... mas eu acho que não.”

Estudante F: “Não, eu teria parado antes.”

Estudante G: “Teria desistido antes.”

Estudante H: “Teria parado de estudar antes.”

Concluindo a análise dos questionamentos, pode-se perceber que o Programa Correção de Fluxo contribuiu de maneira significativa para que esses estudantes em situação de distorção idade-série da referida escola concluíssem o Ensino Fundamental, já que, segundo eles, a grande maioria já teria abandonado os estudos. Diante disso, a oportunidade de frequentar uma turma de correção de fluxo fez com que o problema de distorção idade-série fosse por ora resolvido na escola pesquisada.

É importante destacar ainda, que dos alunos entrevistados, quatro deles continuaram seus estudos e quatro pararam logo após concluir o Ensino Fundamental, entretanto, todos eles afirmam a importância do estudo para se conseguir boas oportunidades profissionais. Já os alunos que abandonaram os bancos escolares veem hoje a necessidade de voltar e concluir seus estudos, mas pretendem buscar outra modalidade de ensino, ou seja, a Educação de Jovens e Adultos ou cursos técnicos e profissionalizantes.

Diante deste quadro, pode-se observar que iniciativas como a Correção de Fluxo podem contribuir de maneira satisfatória para o percurso escolar dos



educandos, mas não podemos afirmar que o sucesso escolar, nos termos que programa se propunha, tenha sido garantido, entretanto, podemos afirmar que o problema da distorção idade-série no ano de 2012 foi resolvido e alunos que teriam abandonado os estudos anteriormente tiveram a oportunidade de concluir o Ensino Fundamental.

### **Considerações finais**

Como vimos no decorrer do artigo, muitas são as causas que podem contribuir para o fracasso escolar, porém, não é suficiente apenas identificá-las e buscar culpados, é preciso buscar alternativas em uma perspectiva sistêmica. Todos os que querem uma educação igualitária e valorizadora das diferenças precisam apoiar a escola como instituição formadora. Para isso, é importante que gestores, professores, pais, alunos colaborem para a superação do fracasso escolar.

Assim, pensar em uma política pública educacional que, por intermédio de seus programas, vise à superação do fracasso escolar implica, em primeiro lugar, desvelar a complexidade desse problema. Contudo, vimos que o estado de Santa Catarina buscou, no ano de 2012, amenizar os efeitos do fracasso escolar através do Programa Correção de Fluxo, que visava à recuperação dos alunos que frequentavam o Ensino Fundamental e que apresentavam distorção idade-série.

Conforme foi apresentado neste artigo, 100% dos alunos já entrevistados, e que fizeram parte deste programa na Escola de Educação Básica Rui Barbosa, de Formosa do Sul (SC), avaliaram o Programa Correção de Fluxo como sendo algo bom e que contribuiu de maneira satisfatória durante o seu percurso escolar, já que conseguiram concluir o Ensino Fundamental confirmando o resultado esperado pela gestão estadual.

Diante disso, vemos que algumas ações podem reduzir e até resolver o problema da distorção idade-série, por isso, faz-se necessário desenvolver estudos não apenas com o intuito de diagnosticar as causas do fracasso escolar, mas que apresentem uma solução para esse sério problema que afeta a grande maioria das escolas públicas brasileiras.



### Referências

ARROYO, M. G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, out./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/17>>. Acesso em: 14 maio 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2014.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

FREITAS, H. C. L. de. Formação de Professores no Brasil: 10 anos de Embate entre Projetos de Formação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 136-167, set. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302002008000009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008000009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 14 jan. 2014.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

MARCHESI, Á.; GIL, C. H. **Fracasso escolar**: uma perspectiva multicultural. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PARO, V. H. **Reprovação escolar**: renúncia à educação. São Paulo: Xamã, 2003.